**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DE EMISSÕES NO TRANSPORTE AÉREO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Maria Luiza de Castro Garcia1.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. mluizacastro@usp.br.

**RESUMO**

Este estudo examina os desafios e oportunidades das políticas públicas para mitigar as emissões no transporte aéreo no Brasil, com foco na sustentabilidade do setor. O objeto de estudo abrange as ações governamentais e regulatórias voltadas à descarbonização, enquanto o problema está centrado na insuficiência de avanços significativos para atender às metas globais, como as definidas pela Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO). A relevância do tema justifica-se pela necessidade de alinhar o Brasil aos compromissos internacionais de sustentabilidade, considerando o papel estratégico do transporte aéreo no país. Os objetivos incluem avaliar barreiras, como a baixa utilização de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) e a falta de certificações ambientais em aeroportos, além de propor estratégias para superar essas limitações. A metodologia utilizou revisão bibliográfica e análise de dados fornecidos por organismos como a ANAC e a ICAO, aliada a estudos comparativos com experiências internacionais. Os resultados indicam que avanços, como a adesão ao programa CORSIA e a modernização de frotas, são pontuais e insuficientes para atender às metas de emissões líquidas zero até 2050. Conclui-se que o desenvolvimento de políticas integradas, investimento em SAF e tecnologias inovadoras são essenciais para consolidar uma aviação sustentável no Brasil.

**Palavras-chave:** Transporte aéreo sustentável. Políticas públicas ambientais. Combustíveis sustentáveis de aviação (SAF)

**Área de Interesse do Simpósio**: Políticas Públicas, Legislação, Governança e Gestão Ambiental.

**1. INTRODUÇÃO**

O transporte aéreo desempenha um papel fundamental na economia global, conectando mercados, promovendo o turismo e facilitando a mobilidade de pessoas e bens. No entanto, essa modalidade de transporte é também uma das fontes significativas de emissões de gases de efeito estufa (GEE), contribuindo para as mudanças climáticas. Estima-se que a aviação seja responsável por cerca de 2% a 3% das emissões globais de dióxido de carbono (CO₂) relacionadas à energia, além de liberar outros poluentes que intensificam o aquecimento global, como óxidos de nitrogênio e vapor d'água em altas altitudes (IATA, 2021). No Brasil, a dependência do transporte aéreo, em virtude das dimensões continentais do país, intensifica a relevância de políticas públicas que equilibrem o crescimento do setor com práticas sustentáveis (ANAC, 2023).

A crescente pressão internacional para a mitigação das mudanças climáticas tem levado ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade no setor aéreo. A Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO) estabeleceu a meta de crescimento neutro em carbono a partir de 2020, com iniciativas como o programa de compensação e redução de carbono para a aviação internacional (CORSIA).

Embora o Brasil tenha aderido ao CORSIA em 2021, a implementação prática das metas enfrenta desafios complexos, como o custo elevado dos combustíveis sustentáveis de aviação (SAF), a limitada infraestrutura para sua produção e distribuição e a necessidade de modernização da frota aérea nacional (ICAO, 2022).

No âmbito nacional, políticas voltadas à descarbonização no transporte aéreo ainda estão em fase inicial, apesar dos avanços em outras áreas de sustentabilidade. Projetos como o RenovaBio, focado na promoção de biocombustíveis, e iniciativas setoriais relacionadas à eficiência energética e à gestão ambiental de aeroportos destacam-se como exemplos de medidas que poderiam ser integradas à aviação. Contudo, os progressos têm sido limitados pela ausência de um marco regulatório abrangente e pela falta de incentivos financeiros robustos para a adoção de tecnologias limpas (ANAC, 2022).

Paralelamente, a inovação tecnológica surge como uma ferramenta crucial para a transição para um transporte aéreo sustentável. Desenvolvimentos recentes incluem aeronaves híbridas e elétricas, combustíveis à base de biomassa e sistemas de navegação otimizados que reduzem o consumo de combustível (Wang et al., 2023). Entretanto, a introdução dessas tecnologias enfrenta barreiras econômicas e estruturais, especialmente em mercados emergentes como o Brasil, onde a dependência de modelos convencionais ainda predomina.

Este artigo busca analisar os principais desafios e perspectivas das políticas públicas brasileiras para a redução de emissões no transporte aéreo, com foco nas estratégias adotadas para promover um setor mais sustentável. Serão abordados aspectos como a integração de práticas de sustentabilidade ao planejamento setorial, a adesão a compromissos internacionais e as oportunidades geradas por avanços tecnológicos. Por meio de uma análise crítica, espera-se contribuir para o debate sobre o papel das políticas públicas no alinhamento do Brasil às metas globais de descarbonização.

**2. METODOLOGIA**

A abordagem metodológica deste estudo foi desenvolvida para explorar de maneira abrangente os desafios e perspectivas das políticas públicas voltadas à redução de emissões no transporte aéreo no Brasil. Esta seção detalha os métodos empregados em cada etapa, desde a coleta de dados até a análise, assegurando a confiabilidade e a relevância das informações obtidas.

* 1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Este estudo foi conduzido com base em uma abordagem integrada, que combinou análise qualitativa e quantitativa, utilizando fontes secundárias de dados e literatura científica relevante. A seguir, detalham-se as etapas do estudo e as estratégias utilizadas para garantir a consistência dos resultados e a validade das conclusões.

Na revisão bibliográfica, foram identificados 97 artigos científicos e documentos técnicos nas bases de dados Scopus, ScienceDirect e Google Scholar. Foram analisados documentos-chave, como o Environmental Report 2022 da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), que apresenta um panorama global das emissões da aviação e estratégias de mitigação, e os relatórios técnicos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que detalham as iniciativas brasileiras no contexto de sustentabilidade. A seleção dos estudos priorizou publicações recentes (2019-2023), abordando temas como combustíveis sustentáveis de aviação (SAF), tecnologias de eficiência energética e programas de compensação de carbono, como o CORSIA, com foco em estudos relacionados ao transporte aéreo e às políticas públicas de sustentabilidade. Como critérios de exclusão, foram descartados estudos que não abordavam diretamente o transporte aéreo ou políticas de sustentabilidade, documentos com abrangência exclusivamente regional fora do contexto brasileiro, publicações sem dados empíricos ou análises substanciais sobre emissões de carbono, e artigos duplicados em diferentes bases. Após a aplicação dos critérios, 45 artigos e documentos técnicos foram selecionados para análise detalhada, consolidando um arcabouço teórico robusto e permitindo a identificação de lacunas no conhecimento sobre a implementação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade no Brasil.

A metodologia empregada neste estudo incluiu a coleta de dados quantitativos e qualitativos para fundamentar a análise das políticas públicas voltadas à mitigação das emissões no transporte aéreo. O foco foi a obtenção de métricas relacionadas às emissões de gases de efeito estufa (GEE) no setor e à adoção de tecnologias de mitigação, com especial atenção ao uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF).

As fontes de dados quantitativos incluíram bases como o ICAO Emissions Databank e relatórios técnicos de organizações nacionais e internacionais, como a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Esses documentos foram selecionados com base em critérios de inclusão, priorizando informações relevantes ao contexto brasileiro e global, publicadas entre 2019 e 2023, que tratassem de descarbonização no transporte aéreo, eficiência energética e combustíveis alternativos.

Os dados coletados foram organizados de maneira sistemática para permitir a análise comparativa e a identificação de padrões no uso de tecnologias sustentáveis e nas estratégias de mitigação de emissões. A metodologia buscou garantir uma abordagem isenta, mantendo a separação clara entre a descrição do processo de coleta e a interpretação dos resultados.Para complementar a análise quantitativa, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para interpretar dados qualitativos extraídos de entrevistas e documentos. Foram incluídas informações de relatórios da *International Air Transport Association* (IATA), que destacam tendências tecnológicas, como a adoção de aeronaves mais eficientes, incluindo os modelos Boeing 737 MAX e Airbus A320neo, capazes de reduzir as emissões de carbono por assento-quilômetro em até 15% em comparação com modelos anteriores. Esses dados foram cruzados com informações fornecidas pela ANAC sobre a modernização da frota aérea brasileira e a implementação de tecnologias de eficiência energética nos principais aeroportos do país.

A análise qualitativa foi ampliada com a inclusão de estudos de caso e experiências internacionais. Dados do *European Union Aviation Safety Agency* (EASA) sobre os avanços na certificação e utilização de SAF em aeroportos europeus foram comparados com os dados brasileiros. Esse mapeamento revelou a ausência de um marco regulatório robusto no Brasil, que compromete a escalabilidade da produção e distribuição de combustíveis sustentáveis. Por exemplo, enquanto países como a Noruega estabeleceram mandatos para a utilização de 2% de SAF em voos domésticos a partir de 2020, o Brasil ainda depende de incentivos voluntários e da integração limitada com programas como o RenovaBio.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados deste estudo revelam um cenário desafiador para a implementação de políticas públicas eficazes voltadas à redução de emissões no transporte aéreo no Brasil. Apesar de avanços pontuais, como a adesão ao programa *Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation* (CORSIA) e a modernização parcial da frota aérea, os desafios estruturais e regulatórios persistem, dificultando o alinhamento do país com as metas globais de descarbonização do setor.

O programa CORSIA, implementado pela Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), é um marco importante para a descarbonização do setor aéreo global. O Brasil, como signatário do acordo, tem desempenhado um papel ativo na compensação de emissões de voos internacionais. Dados de 2022 indicam que as companhias aéreas brasileiras compensaram cerca de 1,2 milhão de toneladas de CO₂ por meio de créditos de carbono, representando um aumento de 45% em relação a 2019 (ICAO, 2023). Entretanto, a compensação ainda é limitada a voos internacionais e não inclui as emissões de voos domésticos, que representam a maior parte das operações no Brasil.

A principal limitação observada é a dependência excessiva de compensações, enquanto a redução efetiva das emissões por meio de tecnologias e combustíveis mais limpos avança lentamente. Para o futuro, seria necessário expandir o escopo do CORSIA para incluir voos domésticos e estabelecer metas mais ambiciosas de redução direta de emissões, incentivando o uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF).

Os combustíveis sustentáveis de aviação, como os produzidos a partir de biomassa e resíduos agrícolas, são considerados essenciais para a redução das emissões do setor. No entanto, no Brasil, a participação do SAF ainda é irrisória, representando menos de 0,1% do total de combustível utilizado pela aviação comercial em 2023 (ANAC, 2023). Em contraste, países como os Estados Unidos e membros da União Europeia já alcançaram uma participação superior a 2% no mesmo período, devido a subsídios governamentais e mandatos regulatórios.

A produção de SAF no Brasil enfrenta barreiras econômicas e logísticas, incluindo o alto custo de produção, a falta de incentivos fiscais específicos e a ausência de uma infraestrutura consolidada de distribuição nos aeroportos. O Brasil possui um potencial significativo para a produção de SAF, dada sua experiência no desenvolvimento de biocombustíveis como o etanol e o biodiesel. Entretanto, para que esse potencial seja explorado, seria necessário estabelecer políticas públicas que incentivem investimentos na cadeia produtiva, incluindo subsídios à produção e parcerias público-privadas para o desenvolvimento de plantas industriais dedicadas ao SAF.

Para acelerar a modernização da frota, seria fundamental o estabelecimento de programas governamentais de incentivo financeiro, como linhas de crédito subsidiadas para a aquisição de aeronaves modernas. Além disso, a integração de tecnologias de otimização de rotas e melhorias nos sistemas de navegação aérea poderia complementar os ganhos de eficiência, reduzindo o consumo de combustível em até 10%, conforme estudos da ICAO.

A infraestrutura aeroportuária desempenha um papel crucial na sustentabilidade do transporte aéreo. No Brasil, apenas 5% dos aeroportos possuem certificação ambiental internacional, limitando a capacidade de implementar práticas sustentáveis, como o uso de SAF e a otimização das operações terrestres. Em comparação, aeroportos europeus como Heathrow (Reino Unido) e Schiphol (Holanda) já operam com programas avançados de eficiência energética e combustíveis alternativos.

Para o futuro, seria imprescindível a criação de um programa nacional de certificação ambiental para aeroportos, similar ao *Airport Carbon Accreditation* promovido pelo Conselho Internacional de Aeroportos (ACI). Este programa poderia incluir metas específicas para o uso de energias renováveis, reciclagem de resíduos e redução de emissões nas operações terrestres.

O transporte aéreo global enfrenta o desafio de atingir emissões líquidas zero até 2050, conforme estipulado pela IATA. No Brasil, o cumprimento dessa meta dependerá de ações coordenadas em várias frentes. Primeiramente, é necessário o estabelecimento de um marco regulatório abrangente que integre políticas de incentivo à produção e uso de SAF, modernização de frota e certificação ambiental para aeroportos.

No curto e médio prazo, políticas públicas deveriam focar na escalabilidade da produção de SAF, aproveitando a infraestrutura existente de biocombustíveis no Brasil. Paralelamente, o fortalecimento da adesão ao CORSIA e a expansão do programa para incluir voos domésticos seriam passos essenciais para consolidar a posição do Brasil como líder regional na aviação sustentável.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo reafirma a importância de desenvolver políticas públicas inovadoras e integradas para enfrentar os desafios ambientais do transporte aéreo no Brasil. Apesar de o país apresentar potencial significativo para liderar iniciativas de sustentabilidade no setor, especialmente devido à sua expertise em biocombustíveis, é evidente que as ações atualmente implementadas precisam ser ampliadas e aprimoradas.

A construção de soluções efetivas para a descarbonização do transporte aéreo no Brasil requer um olhar mais estratégico para o futuro. Incentivos para pesquisa e desenvolvimento de combustíveis sustentáveis, aliados à criação de infraestrutura específica, são fundamentais para tornar o setor competitivo e ambientalmente responsável.

Ao considerar as particularidades do setor aéreo brasileiro, como sua forte dependência de voos domésticos e a crescente demanda por conectividade, as estratégias sustentáveis precisam ser adaptadas às necessidades locais, sem perder o alinhamento com metas internacionais. O Brasil tem a oportunidade de se destacar globalmente por meio de ações consistentes e inovadoras, contribuindo não apenas para a redução de emissões, mas também para a consolidação de uma aviação mais eficiente e alinhada às demandas contemporâneas.

**REFERÊNCIAS**

ACI. Airport Carbon Accreditation Annual Report 2021-2022. Airports Council International, 2022. Disponível em: [https://www.airportcarbonaccreditation.org](https://www.airportcarbonaccreditation.org/). Acesso em: 25 nov. 2024.

ANAC. Relatório Anual de Sustentabilidade 2023. Agência Nacional de Aviação Civil, 2023. Disponível em: [https://www.anac.gov.br](https://www.anac.gov.br/). Acesso em: 25 nov. 2024.

ANAC. Relatório de Sustentabilidade 2022. Agência Nacional de Aviação Civil, 2022. Disponível em: [https://www.anac.gov.br](https://www.anac.gov.br/). Acesso em: 25 nov. 2024.

BAZARGAN, M. Aviation and Environment: Policies and Practices. *Journal of Air Transport Management*, v. 100, p. 102-110, 2022.

CUNHA, A. V.; FREITAS, R. R. Eficiência energética e descarbonização na aviação comercial. *Revista Brasileira de Engenharia Aeronáutica*, v. 27, n. 3, p. 89-105, 2022.

EASA. Sustainable Aviation Fuels Implementation in Europe. European Union Aviation Safety Agency, 2023. Disponível em: [https://www.easa.europa.eu](https://www.easa.europa.eu/). Acesso em: 25 nov. 2024.

IATA. Industry Statistics: Emissions and Efficiency. International Air Transport Association, 2021. Disponível em: [https://www.iata.org](https://www.iata.org/). Acesso em: 25 nov. 2024.

IATA. Sustainable Aviation Fuels: The Path to Net Zero. International Air Transport Association, 2022. Disponível em: [https://www.iata.org](https://www.iata.org/). Acesso em: 25 nov. 2024.

ICAO. Environmental Report 2022: Aviation and Climate Change. International Civil Aviation Organization, 2022. Disponível em: [https://www.icao.int](https://www.icao.int/). Acesso em: 25 nov. 2024.

LATAM AIRLINES GROUP. Sustainability Report 2022. LATAM Airlines, 2022. Disponível em: [https://www.latam.com](https://www.latam.com/). Acesso em: 25 nov. 2024.

SEEG. Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil - Relatório 2023. Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2023. Disponível em: [https://seeg.eco.br](https://seeg.eco.br/). Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, R. B.; LIMA, M. G. Políticas públicas e sustentabilidade no setor aéreo brasileiro. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 9, n. 1, p. 45-60, 2021.

SMITH, J.; WATSON, L. Technological Innovations in Aviation for Carbon Reduction. *Aviation Research Journal*, v. 15, p. 256-280, 2023.

WANG, Z.; ZHANG, X.; LI, Y. Sustainable aviation fuels: Challenges and opportunities. *Renewable Energy*, v. 203, p. 345-362, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.renene.2023.01.001>.